



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães.

Universidade Federal do Pará / UFPA.

jacguimaraes@ufpa.br.

AS MULHERES NEGRAS E A DESCOLONIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DO MARXISMO: apontamentos sobre representatividade epistemológica.

RESUMO

O Abordo sobre as pesquisadoras negras na descolonização do Serviço Social e do Marxismo a partir de um levantamento de estado da arte. Em buscas realizadas entre agosto e outubro de 2023, foram encontrados 34 trabalhos com 57 autoras/es, dos quais 37 eram mulheres negras. Essas pesquisadoras oferecem direcionamentos sobre raça e racismo, reivindicam representatividade epistemológica no Serviço Social e tensionam as relações entre decolonialidade e Marxismo, retomando intelectuais marxistas negros. Entretanto, constatou-se que tais direcionamentos não estão presentes nas produções da Região Norte.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Serviço Social; Marxismo negro.

ABSTRACT

The study addresses Black female scholars in the decolonization of Social Work and Marxism through a state-of-the-art review. Searches conducted between August and October 2023 identified 34 works with 57 authors, 37 of whom were Black women. These scholars provide guidance on race and racism, advocate for epistemological representativity in Social Work, and interrogate the intersections between decoloniality and Marxism, recovering Black Marxist intellectuals. However, it was found that such contributions are not present in the productions from Northern Brazil.

Keywords: Black Women; Social Work; Black Marxism.

Introdução

Realizo reflexões insubmissas (Mignolo, 2008) sobre as potencialidades das pesquisadoras negras no processo de descolonização e enegrecimento do Serviço Social brasileiro, bem como do Marxismo, tão caro ao saber e fazer da profissão. Este objetivo se constitui em continuidade de um levantamento de estado da arte realizado em 2023, motivado por inquietações pessoais enquanto pesquisadora do Serviço Social que dialoga com o Marxismo e com os intelectuais da decolonialidade.

Até então, por meio de observações empíricas de relatos testemunhados em eventos acadêmicos — embora não gravados —, percebia-se que alguns pesquisadores, que se consideram marxistas ortodoxos e que nunca pautaram em suas reflexões o debate étnico-racial, tendem a caracterizar a abordagem decolonial como acrítica e superficial, argumentando que ela não contempla plenamente as contradições de classe próprias das sociedades capitalistas¹, por vezes qualificando-a como pensamento pós-moderno. Essa compreensão possui forte hegemonia no campo intelectual do Serviço Social e é frequentemente reproduzida por pesquisadores da Região Norte. O levantamento apresentado neste estudo permite, agora, corroborar e sistematizar essa percepção, mostrando evidências documentais dos reflexos dessa tendência.

A intenção do levantamento foi verificar se, em outros contextos regionais, a decolonialidade enquanto perspectiva epistemológica e seus intelectuais também seriam tratados como “*persona non grata*” nas produções e na formação em Serviço Social. Desse modo, foram identificados 34 trabalhos, com um total de 57 autoras/es, dos quais 37 eram mulheres negras. Esse resultado suscitou novos questionamentos: por que as pesquisadoras negras do Serviço Social recorrem à perspectiva decolonial em seus estudos? Por que, nesse campo, as mulheres negras predominam na utilização da decolonialidade e de seus intelectuais?

Para tecer tais reflexões, apresento primeiro os resultados do levantamento realizado entre agosto e setembro de 2023 nos Bancos de Dissertações e Teses da Capes, em revistas e anais de eventos de relevância nacional para a área,

¹ Compreensões enfrentadas por Aguiar (2018), Rubbo (2020), Pico (2023) e Guimarães (2025).

com suporte também do Google Acadêmico. Observou-se que os trabalhos que dialogam com a decolonialidade ou fazem referência a seus intelectuais, como Enrique Dussel e Aníbal Quijano, refletem sobre a questão étnico-racial e a forma como o Serviço Social tem abordado tal debate. Além disso, recorrem a intelectuais negros como Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Clóvis Moura. Esta seção, portanto, dedica-se à apresentação e análise desse levantamento, evidenciando a presença e as escolhas teóricas das pesquisadoras negras.

Saliento que o objetivo não é construir argumentações diretas sobre as aproximações do Marxismo com a decolonialidade, mas compreender as motivações das pesquisadoras negras para se apropriarem da teoria e dos intelectuais do grupo Modernidade/Colonialidade, demarcando sua cor e raça em seus escritos². Na segunda seção, abordo a Colonialidade do Saber, o Racismo e Sexismo Epistêmico e seus impactos sobre mulheres negras e a Região Norte.

Neste estudo, foi possível identificar o protagonismo das mulheres negras no Serviço Social na utilização e construção de um marxismo negro e descolonizado, oferecendo importantes contribuições sobre raça e racismo e reivindicando representatividade epistemológica em pesquisas, projetos pedagógicos, ementas e eventos. Entretanto, constatou-se que na Região Norte não há tais direcionamentos e contestações. Não havendo de forma consistente os diálogos entre decolonialidade e a teoria crítica marxista. Apesar de problematizar a colonialidade e utilizarem pensadores como Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Karl Marx, predomina um desconhecimento sobre as bases do pensamento decolonial e suas conexões com o marxismo, que em outras regiões já apresentam maior consolidação.

É histórico que o Serviço Social seja majoritariamente composto por mulheres, o que acarreta estereótipos sobre a profissão, como a ideia de que as assistentes sociais seriam naturalmente cuidadoras, movidas por um dom materno, excluindo, assim, sua capacidade técnica, racional e política.

² Este artigo articula produções anteriores de minha autoria, ampliando o debate desenvolvido no resumo expandido apresentado no II Encontro de Educação Popular Feminista na Amazônia (2024) e no artigo *Por um marxismo negro e amazônida* (PRACS, v. 18, n. 2, 2025), no qual aprofundo as reflexões acerca dos encontros teóricos e políticos entre a decolonialidade e o marxismo, bem como os lugares e representações atribuídos à Amazônia, especialmente à Região Norte, na produção do conhecimento científico e na produção cultural.

Entretanto, para a mulher negra, essa construção social se impõe de maneira ainda mais submissa, limitando seu reconhecimento como referencial de intelectualidade. E a mulher negra e indígena amazônida e nortistas nem sequer aparecem.

O protagonismo aponta caminhos analíticos que recuperam e valorizam intelectuais marxistas negros, mas também permitem evidenciar a necessidade de romper com o apagamento dos corpos e territórios não hegemônicos, particularmente da Amazônia e da Região Norte. A fragilidade da presença de epistemologias e intelectuais que questionem as estruturas coloniais no processo formativo e nas pesquisas articulam-se a ausência de questionamento sobre os territórios e locais de origem dos corpos que predominam enquanto referência intelectual, reforçando a invisibilidade dos saberes amazônidas, nortistas e das mulheres negras e indígenas. Havendo essa interdição epistemológica, reforçando hierarquias do conhecimento, perpetuando exclusões históricas e evidenciando a necessidade urgente de superação e rompimento de tais estruturas.

A Decolonialidade nas produções do Serviço Social

O levantamento se deu a partir das palavras-chave "Decolonialidade e Serviço Social", ao longo dos meses de agosto a setembro de 2023 nos Bancos de Dissertações e Teses da Capes, revistas e anais de evento de relevância nacional para o Serviço Social como as Revistas *Katálysis*, *Ser Social*, *Serviço Social e Sociedade*, o ENPESS³ e a JOINPP⁴. E como suporte para estas buscas também recorri ao *Google Acadêmico*⁵, indicando trabalhos publicados em eventos e revistas interdisciplinares ou específicas para o debate étnico-racial.

Conforme se dava a leitura dos textos fui constatando que as autoras fazem questão de demarcar que eram mulheres negras, gerando uma inquietação quanto a cor e raça das que não mencionaram nada quanto a esta natureza. Assim, considerei importante compreender de quem se tratavam todas as

³ Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

⁴ Jornada Internacional de Políticas Públicas.

⁵ Segundo Caregnato (2011) o Google Acadêmico demonstra desempenho em recuperar documentos que não estão presentes nos índices de citação tradicionais como livros, capítulos de livros e trabalhos acadêmicos disponíveis na língua portuguesa.

pesquisadoras/es encontradas/os, pois enquanto algumas/uns indicavam em suas introduções ou justificativas de pesquisas sobre os seus lugares de pessoas negras, corpos marcados pela opressão, outras/os calavam este aspecto, mas se silenciavam nos textos esta informação, no currículo lattes era dado visibilidade.

Então, recorri aos currículos lattes e às páginas das instituições em que estas/es atuam para ver os seus rostos, cores de pele e textura de cabelos, ou seja, assim recorri a heteroidentificação nos casos da ausência de uma autodeclaração. As 34 (trinta e quatro) produções reúnem um total de 57 autoras/es, em que destes 37 (trinta e sete) são mulheres negras, sendo 30 (trinta) delas mulheres pretas retintas, além destas, temos 4 (quatro) homens pretos retintos, 2 (dois) homens brancos, 9 (nove) mulheres brancas e 5 (cinco) não informam em seus textos e não possuem fotografias disponíveis nos currículos lattes.

Destes 34 (trinta e quatro) trabalhos, 13 (treze) são do Sudeste, 6 (seis) do Nordeste, 6 (seis) do Norte, 5 (cinco) do Centro-Oeste e 4 (quatro) do Sul. Considerando as 34 produções, entre Monografias, Dissertações, Teses, capítulos de livros e artigos de revistas e anais. Das 3 (três) teses encontradas 2 (duas) são do Sul e 1 (uma) do Nordeste, enquanto que das 7 (sete) dissertações, 5 (cinco) são do Sudeste e 2 (duas) do Centro Oeste. Quanto aos Trabalhos de Conclusão de Curso, 1 (um) do Centro Oeste, 1 (um) do Sul e 1 (um) do Norte.

Estas produções organizei em três categorias: 1) As produções que se referem diretamente ao Serviço Social aliado a Decolonialidade como possibilidades de avanço, 2) Trabalhos que destacam a perspectiva decolonial em suas pesquisas da área do Serviço Social e o demarcam como caminho teórico e analítico necessário e 3) pesquisas que tratam sobre o Serviço Social e a sua atuação, utilizando autores dos estudos decoloniais, mas que não os demarcam como teoria que estaria perpassando as suas análises.

Das 34 produções identificadas 12 (doze) problematizam e argumentam sobre a necessidade e importância do Serviço Social se aproximar dos estudos decoloniais e 9 (nove) demarcam que utilizam a epistemologia decolonial para analisar os seus objetos de pesquisas que estão dentro do âmbito dos campos

de interesse do Serviço Social. Enquanto isso, correspondendo a maioria das produções está a terceira natureza de trabalhos, que são os que utilizam dos autores da decolonialidade, mas não demarcam ou mencionam como uma opção de análise, sendo 13 (treze) textos.

Outro aspecto constatado é que na região norte ainda não encontramos trabalhos que demarcuem a perspectiva decolonial como uma opção epistemológica de pesquisa e não indicam os seus encontros com a teoria crítica marxista, apesar de problematizar a colonialidade e utilizarem os pensadores da decolonialidade e o próprio Karl Marx. Considerando que não há como apresentar de forma pormenorizada cada trabalho, então irei indicar os principais aspectos das pesquisas que problematizam a importância da decolonialidade para a formação e os estudos na área do Serviço Social, sendo possível observar discursos que se encontram e dialogam entre si, problematizando, inclusive a ausência de debates mais profícuos quanto a questão étnico-racial na formação e nas pesquisas de Serviço Social.

Vera Lúcia Ermida Barbosa (2023), como uma das autoras encontradas neste levantamento, ao abordar sobre a emergência do debate da decolonialidade para o Serviço Social indica sobre a pesquisa que realizou durante os anos de 2021 e 2022, tendo como recorte as produções do Brasil e de Portugal, em que identificou como incipiente o debate da decolonialidade no Serviço Social e que naquele momento encontrou 7 (sete) trabalhos.

Ramos (2016), Vassalo (2018) e Santos (2018) demarcam a decolonialidade para questionar a ausência do debate étnico-racial no Serviço Social, indicando a necessidade urgente da categoria problematizar a branquitude e a colonialidade presente em nossos currículos. Enquanto Oliveira (2020, p. 157, grifo da autora) é categórica ao afirmar que existe **“uma factual ausência acerca da abordagem racial”**.

Barbosa, Araújo e Sousa (2019, p. 185) criticam o viés tomado pelos “autores canônicos do Serviço Social” que compreendem a questão social somente como contradição capital/trabalho e que ao partirem de teorizações eurocêntricas reforçam o viés classista do debate, ignorando a geopolítica do conhecimento. Os autores travam duras críticas aos intelectuais que a profissão tem como cânones, pois apesar de não haver um consenso entre estes:

o paradigma conceitual proposto parte de uma geopolítica espacial europeia, colocada como universalista, para forjar um significado para questão social no Brasil, longínqua do seu contexto histórico, econômico, político e social, além de uma lacuna desmedida frente à questão racial (Barbosa, Araújo, Sousa, 2019, p. 187).

A estas reflexões é possível encontrar uma continuidade ao que Saraiva (2019) destaca quanto a ausência de trabalhos que tratem sobre as relações raciais e muito menos que se guiem pelo pensamento decolonial. A autora ressalta que mesmo com a existência do Código de Ética Profissional que se firma no princípio de se opor a qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo, ainda assim o debate sobre o tema é incipiente. E para a autora o pensamento decolonial tem muito a contribuir com o fortalecimento desse debate no interior da profissão sem ter que negarmos a importância do constructo marxista.

Oliveira (2021) parte da mesma perspectiva de que a decolonialidade não se constitui em um afastamento da teoria crítica marxista, indicando a sua concordância com Jorissa Aguiar (2018) quanto a existência de um marxismo decolonial e a necessidade de retomarmos pensadores como José Mariátegui e reafirma que acredita na construção de um feminismo marxista-decolonial se referindo a um “marxismo indomesticável” (Oliveira, 2021; p. 21). Brito, Brito e Oliveira (2021), vão na mesma linha de problematização ao indicarem que a formação do Serviço Social é fortemente marcada por uma hegemonia eurocêntrica e que isso se revela na ausência de um número significativo de produções sobre as questões étnico-racial, vigorando uma dominação colonialista que se sobrepõe epistemologicamente aos saberes dos alunos negros e perpetuando sobre estes a posição de subalternidade.

Para Oliveira (2022) é fundamental que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) reitere sobre o caráter colonialista e escravista que estão imbricadas no processo de formação brasileira, portanto conformam a questão social no Brasil, havendo uma necessidade do debate decolonial, haja vista que os Projetos Pedagógicos de Curso que analisou não apresentavam qualquer menção ao racismo institucional, estrutural ou qualquer traço decorrente do período colonialista. A autora, inclusive, pontua sobre a importância deste debate se fazer presente nas disciplinas que se propõe a tratar

sobre Estado, Serviço Social e Política Social, não ficando restrito às disciplinas que se referem à formação social brasileira.

E estas considerações de Oliveira (2022) se articulam com as produções das pesquisadoras negras Nascimento (2022) e Queiroz (2022), que, mesmo não abordando especificamente a formação profissional em Serviço Social, concentram-se nos profissionais e serviços da rede socioassistencial, evidenciando a ausência de olhares que reconheçam que os corpos dos usuários de nossas políticas são racializados e, portanto, possuem cor. Estes são apenas alguns dos conteúdos das produções alcançadas.

É importante destacar que o ato de se assumir e se reafirmar enquanto pessoa negra na academia e na universidade emergiu a partir das epistemologias que questionam os efeitos do colonialismo e do escravismo e, conseqüentemente, da colonialidade na estruturação das sociedades capitalistas na América Latina. Dessa forma, a aproximação dessas intelectuais às epistemologias do Sul tornou-se um referencial para que essas mulheres compreendessem, empoderassem e afirmassem sua identidade negra, permitindo-lhes questionar criticamente as produções da área.

Ainda assim, é preciso reconhecer a hegemonia de referências — não apenas europeias, mas também de homens e mulheres brancas do Sul e Sudeste — elevadas à condição de experiências e conhecimentos universais. No Serviço Social da região Norte, será que a fragilidade da presença de perspectivas decoloniais não decorre do fato de que profissionais e pesquisadores locais só se sentem autorizados a adotá-las quando os centros acadêmicos hegemônicos passam a validá-las? Essa dependência epistemológica indica caminhos possíveis, mas também limita a construção de saberes autônomos e situados, colocando em suspenso a emergência de epistemologias amazônidas, negras e ribeirinhas no campo do Serviço Social.

A pesquisadora negra atravessada pelo Capitalismo, a Colonialidade e o racismo/sexismo epistêmico: “E eu, não sou uma intelectual?”

Em novembro de 2023, durante a VII Semana Ser Negro no Marajó, cujo tema foi *“Território e Histórias das Sujeitas e Sujeitos da Amazônia Marajoara”*,

provoquei a plateia formada por discentes negros, amazônidas e ribeirinhos com os seguintes questionamentos:

Quais são os cânones do Serviço Social? Quais os teóricos tradicionais que precisamos ler? Quais as leituras clássicas? Quais os territórios dos pesquisadores que lemos? E suas cores? Que intelectuais negras, indígenas, amazônidas e nortistas conhecemos?

Inspirada por esses questionamentos, fechei minha fala com a paráfrase de Sojourner Truth: “E eu, não sou uma intelectual? ”. Assim, o subtítulo deste artigo se insere numa tradição polifônica de questionamentos insurgentes que atravessam tempos e territórios, dialogando com o célebre discurso de Truth (*Ain't I a Woman?*, 1851), pronunciado na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio. Nesse discurso, Truth denunciou a negação da mulheridade⁶ às mulheres negras, vistas como não dignas de cuidado, proteção e direitos.

Partindo desse questionamento, problematiza-se o apagamento, a negação da racionalidade e a subalternização historicamente impostas às mulheres negras na universidade e na ciência. E quando se trata de um campo profissional e área que se aliou à teoria histórico-crítica dialética e à classe trabalhadora torna-se imprescindível o amadurecimento analítico para alcançar a essência das contradições persistentes em países que foram colonizados e marcados pelo genocídio, estupros e escravização de corpos não brancos. Magali Almeida (2014, p. 134) destaca que “o racismo e o sexismo atuam definindo para homens e mulheres negras lugares desprivilegiados na sociedade, quase intransponíveis. É preciso que falemos do nosso lugar, a partir de nossa perspectiva e crença”.

Assim, precisamos retomar e reivindicar o que nos foi historicamente negado e problematizar modelos que nos anulam enquanto seres dotados de capacidade intelectual, ou melhor, que nos afastam de uma dimensão ontológica de ser social, como Marx (2010) aborda em sua filosofia. Quanto a esse processo, Silva (2021, p. 55) destaca que, no Brasil, reconstituir a história da formação social a partir de paradigmas não hegemônicos implica disputar com narrativas dominantes o poder da produção do conhecimento. Ela observa ainda que as políticas de igualdade racial, especialmente a reserva de vagas por cotas

⁶ Ribeiro, 2017; Gonzalez, 2020; Hooks, 2023.

raciais em universidades públicas, constituem espaços de disputa particularmente resistentes, uma vez que desafiam a concepção ocidental das relações raciais, historicamente hierarquizadas, em que populações negras e indígenas foram tratadas como inferiores ou até mesmo não-humanas.

O Colonialismo tem relação direta com a condição de Colônia, contudo mesmo com a emancipação das ditas colônias a estrutura de dominação ainda permanece, especialmente, a partir do estabelecimento de hierarquias sociais e raciais e a isto chamamos de Colonialidade. Autoras negras do Serviço Social como Magali da Silva Almeida (2014) e Ana Paula Procópio da Silva (2021) que também recorreram aos intelectuais da decolonialidade demarcam o caráter estrutural e estruturante do racismo no Capitalismo, bem como as suas articulações com o eurocentrismo, como codificador hierárquico das diferenças e definidor sobre o “lugar do negro”.

O marxismo, ao fornecer suas categorias e análises, abriu caminhos para o pensamento decolonial, que por sua vez nos permitiu reconhecer a existência e a relevância do marxismo negro, historicamente ocultado e apagado (Guimarães, 2025). Esse percurso evidencia que o conhecimento não é universal, mas possui cor, lugar e história. Existe uma interlocução entre decolonialidade, interseccionalidade das feministas negras e marxismo negro, que permite compreender a unidade entre classe e raça como eixos estruturantes na consolidação da hegemonia capitalista, eurocêntrica, masculina e branca.

Se para mulheres brancas o reconhecimento como produtoras de conhecimento exigiu luta árdua, e homens negros foram muitas vezes ignorados apesar de suas contribuições, o que dizer das intelectuais negras? A própria intelectualidade branca brasileira e latino-americana, seja de direita ou de esquerda, forjou a história do país e do continente ancorada no mito da democracia racial, buscando convencer-se de que, após a Abolição da Escravatura, as desiguais e violentas relações raciais teriam chegado ao fim. Lélia Gonzalez (2016) já denunciava que o racismo e a exploração da mulher negra pela mulher branca eram sistematicamente ignorados não apenas nos setores conservadores, mas também nos progressistas.

Na esteira da formação social, política e econômica do Brasil e da América Latina não há como ignorar a existência de uma elite burguesa branca que

passou a ocupar cargos políticos e os principais centros universitários, que apesar de se contraporem aos mandos do Capital, ainda acreditavam na harmonia racial e de que as dívidas com as populações negras e indígenas teriam sido encerradas com a “libertação”, consequentemente as dimensões de “classe trabalhadora” contemplaria a todas e todos igualmente e que qualquer desigualdade seria anulada por um projeto de sociedade oposta ao Capitalismo, ignorando os seus privilégios e o caráter racial da exploração.

Atualmente, encontramos cada vez mais pessoas negras, especialmente mulheres das periferias, que vêm transformando os paradigmas da teoria e da ciência, trazendo para suas produções e trajetórias as cores de seus corpos e vivências, numa busca por romper com o racismo e sexismo epistêmico, que assegura privilégios epistêmicos aos homens ocidentais (Grosfoguel, 2016).

Lélia Gonzalez (2016) reflete sobre o lugar da mulher negra na força de trabalho e nas relações sociais, apontando que o racismo no Brasil é uma construção ideológica que se materializa em práticas de discriminação sustentadas pelos interesses daqueles que dele se beneficiam. Esse caráter objetivado do racismo se articula ao sexismo e à estrutura do modo de produção vigente, incidindo de maneira específica sobre nossos corpos.

Segundo Gonzalez (2016), a tríplice discriminação imposta às mulheres negras decorre da articulação entre classe, raça e gênero, determinando posições sociais subalternizadas e violentas — como evidencia a construção das imagens da mulata, da doméstica e da mãe preta. Ao problematizar o feminismo hegemônico branco e eurocentrado, Gonzalez denuncia o apagamento das experiências de mulheres negras e indígenas nos discursos feministas produzidos pelos centros colonizadores. O cruzamento entre opressões oferece, portanto, uma análise antirracista, anticolonial e de classe, questionando diretamente os privilégios sustentados por quem historicamente “conquistou” impérios e colônias.

Somos a antítese não apenas da branquitude e da masculinidade, mas também do capitalismo, do elitismo e dos centros hegemônicos. Nossas reflexões emergem do vivido coletivo — existências que resistem aos projetos genocidas, racistas e xenofóbicos. Ser mulher negra em sociedades capitalistas, fundadas nos grilhões da escravidão, produz pensamentos e epistemologias que tensionam a luta feminista e radicaliza o combate às desigualdades.

A tríplex discriminação também opera para silenciar intelectuais negras, que seguem sendo invalidadas, apagadas e desconhecidas como produtoras de conhecimento. Gonzalez e Abdias Nascimento (2016) lembram que a violência sexual e a hipersexualização historicamente impostas aos nossos corpos atravessam também o modo como percebem nossa racionalidade. Como uma sociedade elitista, racista, conservadora e profundamente patriarcal reconhecerá que mulheres negras são intelectuais?

As nossas narrativas individuais são coletivas e hoje estamos ocupando as universidades públicas contestando sobre as ausências não somente do nosso corpo, mas também de nossas vozes, pensamentos e vivências que são acima de tudo política e revolucionárias. A violência imputada às mulheres não brancas não seria somente física, mental e afetiva. A violência cometida contra mulheres negras e indígenas também se dá no nível intelectual diante de uma sociedade que diariamente e historicamente nos subestima enquanto produtoras do conhecimento.

Foi evidente que trabalhos que abordam sobre as questões étnico-raciais, assim como ao consultar os currículos lattes das pesquisadoras, que estas mulheres negras se percebem à margem do que se diz ser uma universidade e ciência mais inclusiva e sobretudo de uma teoria crítica. É sintomático observar que as produções que apresentam autores negros brasileiros e africanos são as pesquisas que abordam sobre racismo e gênero, dialogando com a decolonialidade. Mas em pesquisas que falam sobre globalização, economia política, método histórico-dialético e filosofia eles não aparecem.

Tratar sobre racismo e capitalismo, em ex-colônias, como América Latina, Caribe e África, exige abordar sobre as profundas marcas do colonialismo, que hierarquizou também os territórios. No quadro geopolítico da sociedade capitalista, territórios específicos foram vistos como lugares de saques e exploração de matérias primas e de corpos e mentes, que foram chamados de “mão-de-obra”. **E ser uma intelectual negra amazônida e nortista?**

Coronil (2005) evidencia a participação imprescindível da natureza e da terra no projeto sombrio da Modernidade, que sustenta o capitalismo. Esse argumento nos remete à Amazônia, que, como observa o intelectual paraense e marxista Aluizio Leal (1991), historicamente tem sido um “local de saque”, atuando ativamente na estruturação do capitalismo, na construção da

Modernidade e na consolidação do conhecimento científico. Tal produção de conhecimento se desenvolveu e continua se desenvolvendo também a partir da apropriação dos saberes e conhecimentos ancestrais (Guimarães, 2025).

Com base nesses aspectos, pode-se afirmar que mulheres não brancas — negras e indígenas — que vivem fora dos centros hegemônicos, como as grandes e pequenas capitais, são atravessadas por uma quádrupla discriminação. Além das opressões de raça, gênero e classe, o território também impõe limitações significativas, negando direitos e políticas públicas básicas, e estabelecendo hierarquias na produção acadêmica. Isso se manifesta no acesso restrito à divulgação e à disseminação do conhecimento, na carência de estrutura e financiamento para pesquisa, na dificuldade de publicação e até mesmo na ausência de condições mínimas para escolarização e qualificação.

Em síntese, a análise das produções do Serviço Social na região Norte evidencia como a epistemologia eurocêntrica e branca ainda delimita quem produz conhecimento e quem é considerado sujeito de ciência. O cruzamento entre raça, gênero, classe e território revela não apenas a subalternidade histórica de mulheres negras e indígenas, mas também a necessidade de romper as hierarquias estabelecidas, reconhecendo e valorizando saberes situados, amazônidas e nortistas. Assim, reafirmamos que o conhecimento possui cor, lugar e história, e que a presença de mulheres negras e indígenas no Serviço Social não apenas questiona os cânones hegemônicos, mas também expande o campo do que se entende por ciência, política e cuidado. E nós existimos!

Considerações Finais

A história da profissão de Serviço Social não pode ser dissociada das amarras do capitalismo, nem ignorar que seu surgimento se articulou a um projeto conservador, assistencialista e, sobretudo, a um projeto de embranquecimento legitimado pela pseudociência eugenista, oficializado pelo governo Getúlio Vargas na década de 1930. As leituras clássicas sobre a formação da profissão e do Brasil tendem a apagar um dos maiores crimes contra a humanidade: o sequestro, a escravidão e o genocídio de negros africanos e indígenas. Foi apenas durante o doutorado, a partir de interlocuções

com outras áreas e do contato com o pensamento decolonial, que essa dimensão se tornou evidente.

Problematizar a história exige esforço cognitivo e disposição para sair da zona de conforto, revisitar narrativas e confrontar estruturas consolidadas. Não basta mencionar superficialmente a história do negro no Brasil ou reduzir o racismo estrutural a uma bandeira política distante: é necessário examinar suas raízes e manifestações detalhadas. Parafraseando Conceição Evaristo e Lélia Gonzalez, não estamos aqui para ninar os da casa grande, mas para incomodá-los, expondo os apagamentos históricos de homens e mulheres negros latino-americanos e questionando as estruturas racistas do capitalismo no Brasil. Onde estão os intelectuais negros, indígenas e quilombolas na formação profissional?

As narrativas individuais das intelectuais negras são simultaneamente coletivas e políticas. Hoje, essas mulheres ocupam as universidades públicas, contestando não apenas a ausência de seus corpos, mas também a invisibilidade de suas vozes, pensamentos e vivências, que são profundamente revolucionárias. É relevante destacar que a própria categoria do Serviço Social tem avançado: o debate étnico-racial vem sendo incorporado de forma mais substancial, as heranças do sistema escravista vêm sendo discutidas, e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) tem indicado diretrizes para que as disciplinas contemplem autores intelectuais negros. No Pará, consolidou-se o primeiro comitê antirracista do Conselho Regional de Serviço Social, reforçando a importância do reconhecimento das diferenças territoriais.

Apesar desses avanços, os desafios permanecem, sobretudo nos estados nortistas. Mudanças em políticas educacionais, como a extinção de bonificações regionais que favoreciam candidatos de áreas historicamente periféricas, reforçam que a luta por equidade territorial e racial continua central. A região Norte, economicamente vulnerável e com expressiva população negra, evidencia a necessidade de políticas e práticas acadêmicas que garantam o reconhecimento dos saberes de mulheres negras e indígenas amazônidas como centrais para a produção científica e acadêmica.

O predomínio de uma cultura acadêmica eurocentrada e supremacista persiste, mesmo em instituições que adotam princípios de inclusão e diversidade. Estratégias que impõem uma realidade única e homogeneizadora

refletem-se nas didáticas de ensino, contribuindo para a evasão de estudantes e para a marginalização de saberes periféricos, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e amazônidas.

Portanto, a luta não se restringe ao acesso à universidade ou à inserção em um espaço historicamente dominado por elites brancas. Reivindica-se representatividade epistemológica, que consiste no enegrecimento e na descolonização da ciência, dos currículos e da universidade. Currículos e pesquisas precisam romper com paradigmas historicamente estabelecidos, incorporando autores, leituras e epistemologias que dialoguem com realidades diversas, tais como a amazônida, periférica e nortista. Ao longo de meu processo formativo, busquei e me muni das construções de intelectuais brancos europeus e das regiões Sul e Sudeste do Brasil, questiono-me se esses mesmos homens e mulheres — brancos, negras e negros — dialogam com autores amazônidas, nortistas e negros.

A violência se manifesta também no nível intelectual, diante de uma sociedade que historicamente subestima nossa capacidade de produzir conhecimento. Por isso, a representatividade não pode se limitar a novelas, filmes, músicas ou padrões estéticos. Exige-se, acima de tudo, representatividade epistemológica, garantindo a presença, o reconhecimento e a valorização dos saberes de mulheres negras e indígenas na produção acadêmica e científica, promovendo a transformação efetiva da academia, do Serviço Social e do Marxismo no Brasil e na Amazônia.

Referências

AGUIAR, Jórisa Danilla N. Por um marxismo decolonial: contribuições para a reflexão sociológica contemporânea. **Revista Observatório Latinoamericano y Caribeño**, Buenos Aires: n. 2. 2018.

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2º Semestre de 2014 - n. 34, v. 12, p. 131- 154.

BARBOSA, Gabriel dos Santos; ARAÚJO, Alessandra Oliveira de; SOUSA, Tarciana Cardoso de. Serviço Social, Questão Social e Questão Racial: apontamentos críticos da decolonialidade. **Anais do X Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra**, “Nossos passos vêm de longe”: trajetórias, lutas e

resistências negras, ocorrido no período de 24 a 28 de setembro de 2019, ocorrido em Crato e Juazeiro do Norte/CE, 2019.

BARBOSA, Vera Lúcia Ermida. Decolonialidade e Serviço Social: um debate emergente. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 146(1), p. 161-182, 2023.

BENTO, Maria Aparecida. **Pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Mariana Aguiar. **Cuidados Paliativos “fora do armário”: por uma perspectiva decolonial das concepções de paliativistas sobre diversidade sexual e de gênero na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Paulo, 2022.

BRITO, Jamile Santos; BRITO, Angela Ernestina Cardoso de; OLIVEIRA, Zildeni Martins de. A pesquisa como prática de educação decolonial. **Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP)**, “Trabalho alienado, destruição da natureza e crise de hegemonia”, São Luís, 2021.

CAREGNATO, Sônia Elisa. Google acadêmico como ferramenta para os estudos de citações: Avaliação da precisão de buscas por autor. **Ponto de Acesso**, Salvador, V.5, n. 3, p. 72-86, dezembro, 2011.

CORONIL, Fernando. **Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

DUSSEL, Enrique. 1492, **El encubrimiento del Otro: Hacia el origen del “Mito de la modernidad”**. La Paz: Biblioteca Indígena, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: RODRIGUES, Carla; BORGES, Luciana; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Org.). **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31, Número 1, janeiro/abril, 2016.

GROSFOGUEL, Ramón. ¿Negros marxistas o marxismos negros? Una mirada descolonial. **Tabula Rasa**, (28), 11-22, 2018.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Por um marxismo negro e amazônida: enfrentamentos à branquitude, ao racismo/sexismo epistêmico e ao extrativismo intelectual. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do**

Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 18, n. 1, p. 188-217, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/pracs>. Acesso em: 20 out. 2025.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Protagonismo das mulheres negras no processo de decolonização e enegrecimento do Marxismo e do Serviço Social brasileiro: reflexões sobre representatividade epistemológica. In: LIMA, Adriane Raquel Santana de; SILVA, Caroline Barros da; CORDEIRO, Paula Maíra; SALAZAR, Jerry Wendell Rocha (Org.). **Ebook do II Encontro de Educação Popular Feminista na Amazônia: os feminismos afro-indígenas da Pan-Amazônia**, Belém, PA, 13 e 14 de março de 2024. Belém: Editora IEPA, 2024.

LEAL, Aluizio. **Uma sinopse histórica da Amazônia (uma visão política)**. São Paulo, 1991 (mimeo).

NASCIMENTO, Francisco Elenilton Rodrigues do; VIEIRA, Maria Lucielma Barbosa; MOURA, Francisco Ercílio. A influência dos estudos decoloniais na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate** (Pelotas), v. 29, n. 1, p. 186-203, jan./abr. 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Fany Serafim. **O CRAS Quilombola Negro Rugério e suas especificidades no atendimento à população beneficiária do território do Sapê do Norte- ES**. Dissertação (Mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2022.

OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. **Produção do conhecimento do Serviço Social Brasileiro no campo da violência de gênero contra a(s) mulher(es): uma abordagem feminista de(s)colonial**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

OLIVEIRA, Rayane Noronha de. **Serviço Social. Classe, Gênero e Raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Natal, 2021.

OLIVEIRA, Ariel Paula Jesus de. **Colonialidade e Formação Profissional em Serviço Social: apontamentos de sua transversalidade na consubstancialização do projeto de formação a partir das diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Política Social, Brasília, 2022.

PICO, Daniel Montañez. **Marxismo negro: Pensamento descolonizador do Caribe Anglófono**. São Paulo: Editora Dandara, 2024.

QUEIROZ, Ana Carolina de Sá. **Um caminhar Decolonial para compreender o acolhimento institucional de crianças e adolescentes negros.** Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Débora Oliveira. **A branquitude como uma estrutura e a questão social negra no Brasil: uma premissa analítica da produção científica do Serviço Social no ENPESS e CBAS.** TCC (Graduação) - Universidade de Brasília – UnB, Instituto de Ciências Humanas – IH, Departamento de Serviço Social – SER, Brasília, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Gislane Araújo. **Assistência Social e Mulheres Negras: Um estudo pela perspectiva decolonial e interseccional sobre os atendimentos às mulheres em situação de violência doméstica no CREAS.** Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília, 2022.

SANTOS, Manuela Fonseca Pinheiro dos. Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul** v. 2, n. 1, 2018.

SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: Decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, 30, e200112, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007.

SARAIVA, Vanessa Cristina do Santos. A importância do pensamento decolonial para a formação de Assistentes Sociais: a radicalidade de pensamento antirracista. **Revista África e Africanidades** – Ano XII- n. 3, maio de 2019.

SILVA, Ana Paula Procópio. Formação Social Brasileira e a Questão Racial: o racismo estrutural em debate. In: ELPÍDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo da Silva; ROCHA, Roseli. **Os desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate.** São Paulo: Annablume, 2021.

VASSALO, Verônica Gomes. **Descolonização do Currículo: A questão racial na formação acadêmica do Assistente Social.** Dissertação (Mestrado)

–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Paulo, 2018.

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães

Pesquisadora em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Educação, mestre em Serviço Social e assistente social. Professora da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó – Breves (FACSS/CUMB/UFPA), do Programa Sociobiodiversidade e Educação (UFPA/CUMB) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Amapá (PROFHISTÓRIA/UNIFAP).

Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Estado e Sociedade na Amazônia (GEPTESA) e líder do Grupo de Estudos em Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade na Amazônia (GEDHIDAM).

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0016401443592564>
